

Companhia Energética Manauara

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Manauara

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Manauara ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Manauara em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 29 de março de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Antonio Marcos Lima Dultra
Contador
CRC nº 1 BA 021440/O-8

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2017	2016	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2017	2016
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.241	6.627	Fornecedores	11	4.640	11.993
Depósitos bancários vinculados	5	4.453	3.448	Financiamentos e debêntures	12	20.123	17.002
Contas a receber de cliente	6	22.923	44.823	Impostos a recolher	13	5.045	5.642
Arrendamento mercantil a receber	7	29.533	29.692	Impostos diferidos	14	1.470	1.382
Estoques	8	13.789	9.440	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	17	-	5.430
Impostos a recuperar	10	4.532	3.691	Imposto de renda e contribuição social		1.141	1.141
Despesas antecipadas		5	380	Partes relacionadas	22	15	15
Outras contas a receber	9	<u>6.557</u>	<u>9.575</u>	Outras contas a pagar	15	<u>4.189</u>	<u>6.056</u>
Total dos ativos circulantes		<u>89.033</u>	<u>107.676</u>	Total dos passivos circulantes		<u>36.623</u>	<u>48.661</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Depósitos judiciais		500	500	Financiamentos e debêntures	12	111.126	124.276
Depósitos bancários vinculados	5	6.815	4.641	Impostos diferidos	14	<u>13.776</u>	<u>15.821</u>
Arrendamento mercantil a receber	7	189.507	220.212	Total dos passivos não circulantes		<u>124.902</u>	<u>140.097</u>
Outras contas a receber	9	177	4.280				
Imobilizado		<u>4.180</u>	<u>4.056</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total dos ativos não circulantes		<u>201.179</u>	<u>233.689</u>	Capital social	17	50.000	50.000
				Reserva legal		10.000	10.000
				Reservas de lucros		32.710	51.782
				Ajustes de avaliação patrimonial		<u>35.977</u>	<u>40.825</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>128.687</u>	<u>152.607</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>290.212</u>	<u>341.365</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>290.212</u>	<u>341.365</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	42.046	42.259
CUSTOS DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO	19	(42.212)	(40.331)
PREJUÍZO (LUCRO) BRUTO		<u>(166)</u>	<u>1.928</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(5.557)	(3.237)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(5.723)</u>	<u>(1.309)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	24.616	53.495
Despesas financeiras	21	(11.335)	(13.482)
Variação cambial líquida	21	<u>(265)</u>	<u>326</u>
Total		13.016	40.339
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>7.293</u>	<u>39.030</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	(6.111)	(8.669)
Incentivo fiscal do imposto de renda	26	3.912	5.029
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	<u>2.045</u>	<u>(861)</u>
Total		(154)	(4.501)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>7.139</u>	<u>34.529</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.139	34.529
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>7.139</u>	<u>34.529</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
				Incentivo fiscal	Reserva de lucros retidos	Dividendos mínimos obrigatórios			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		50.000	8.959	19.786	34.899	5.000	45.721	-	164.365
Dividendos pagos	17	-	-	-	(34.899)	5.000	-	-	(39.899)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	34.529	34.529
Transferências		-	-	-	4.896	-	(4.896)	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Incentivo fiscal do imposto de renda	26	-	-	5.029	-	-	-	(5.029)	-
Juros sobre o capital próprio	17	-	-	-	-	-	-	(6.388)	(6.388)
Constituição das reservas		-	1.041	-	22.071	-	-	(23.112)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>50.000</u>	<u>10.000</u>	<u>24.815</u>	<u>26.967</u>	<u>-</u>	<u>40.825</u>	<u>-</u>	<u>152.607</u>
Dividendos pagos (R\$ 0,54 por ação)	17	-	-	-	(26.967)	-	-	-	(26.967)
Lucro líquido do exercício (R\$ 0,14 por ação)		-	-	-	-	-	-	7.139	7.139
Transferências		-	-	-	4.848	-	(4.848)	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Incentivo fiscal do imposto de renda	26	-	-	3.912	-	-	-	(3.912)	-
Juros sobre o capital próprio	17	-	-	-	(562)	-	-	(3.530)	(4.092)
Amortização de prejuízo		-	-	-	(303)	-	-	303	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>50.000</u>	<u>10.000</u>	<u>28.727</u>	<u>3.983</u>	<u>-</u>	<u>35.977</u>	<u>-</u>	<u>128.687</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		7.139	34.529
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Amortização do diferido	19	-	692
Depreciação		486	164
Variação cambial líquida	21	265	(326)
Rendimento de depósitos bancários vinculados	21	(1.256)	(1.995)
Juros de mútuo com partes relacionadas	21	-	(190)
Juros sobre financiamentos e debêntures	21	10.789	11.996
Impostos diferidos	14	(1.957)	(2.148)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	21	1.489	(18.131)
Juros e multas a faturar	21	(8.059)	(20.022)
Reversão do ajuste a valor presente	21	(16.441)	(10.961)
(Aumento) redução dos ativos:			
Depósitos bancários vinculados		(1.923)	4.518
Contas a receber de cliente		29.959	32.654
Arrendamento mercantil a receber		45.816	40.027
Estoques		(4.349)	(1.305)
Impostos a recuperar		(14.144)	(11.030)
Despesas antecipadas		375	(380)
Depósitos judiciais		-	(107)
Outras contas a receber		8.030	8.216
Aumento (redução) dos passivos:			
Fornecedores		(8.527)	(7.265)
Impostos a recolher		15.317	11.858
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.225)	(5.637)
Juros pagos	12	(8.579)	(4.894)
Outras contas a pagar		(1.867)	(1.562)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>49.338</u>	<u>58.701</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(610)	(3.578)
Mútuo com partes relacionadas		-	4.534
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		<u>(610)</u>	<u>956</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	17	(35.875)	(43.019)
Amortização de financiamentos e debêntures	12	(12.239)	(15.827)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(48.114)</u>	<u>(58.846)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>614</u>	<u>811</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	6.627	5.816
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	7.241	6.627
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>614</u>	<u>811</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Manauara ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 30 de março de 2005, com sede na Rodovia AM-10, Km 20, em Manaus, Estado do Amazonas. A Companhia tem por objeto social a operação e a manutenção de uma usina termoelétrica no município de Manaus, para fornecer energia elétrica para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("AME").

A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica através da Resolução Autorizativa nº 608, de 13 de junho de 2006, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada a pedido da Companhia e a critério da ANEEL (direito discricionário).

A Companhia iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006 e possui capacidade instalada de 85.380 kW, gerada através de cinco unidades moto geradores de 17.076 kW cada uma. Toda a energia firme gerada é transferida para a AME, com base no contrato OC-1.820/2005 ("Contrato") firmado em 20 de maio de 2005, com vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da AME, sem qualquer indenização devida.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da planta e a produção de energia elétrica é integralmente transferida à AME. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC-06 R-1 (operações de arrendamento mercantil) e ao ICPC-03 (aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil), uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo além de haver a transferência da propriedade da planta ao final do contrato.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e as normas da ANEEL, quando aplicáveis.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 29 de março de 2018, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras, quando requeridos.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, bem como de outra forma mencionado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por essa razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a mensuração do arrendamento mercantil a receber, a avaliação da vida útil do ativo imobilizado e a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado e diferido e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

a) Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método da taxa de juros efetiva, decrescidos de perda por redução ao valor recuperável.

b) Empréstimos e recebíveis

São eventos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa de juros efetiva, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de cliente, arrendamento mercantil a receber e demais contas a receber.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com vencimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de cliente

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e a época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Reconhecimento de receitas de venda de energia elétrica

A receita pela venda de energia (potência total contratada) foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro, em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa nº 1.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia optou pelo regime de tributação do lucro real.

O tributo diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O recolhimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados, e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007. A Companhia efetuou a renovação do benefício em 2017 com término em 2016. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

O tributo diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O recolhimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados, e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da Companhia, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a AME e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a AME, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Companhia em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos períodos seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa

No exercício corrente a Empresa aplicou diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados 01 de janeiro de 2017, conforme descrito a seguir:

Norma	IAS 7 - Fluxos de Caixa
Vigência	1º de janeiro de 2017
Principais pontos introduzidos pela norma	A Empresa e suas controladas aplicaram essas alterações pela primeira vez no exercício corrente. As alterações requerem que a entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos resultantes das atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Empresa, uma vez que a Empresa possui como passivos resultantes de atividades de financiamentos, apenas as contas de empréstimos e financiamentos, e que não possuem outras transações sem efeito caixa, além das que já estão divulgadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Norma	IAS 12 - Impostos sobre a renda
Vigência	1º de janeiro de 2017
Principais pontos introduzidos pela norma	As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se haverá lucros tributáveis futuros suficientes para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Empresa e de suas controladas, uma vez que a Empresa já avaliou a suficiência de lucros tributáveis futuros de forma consistente com essas alterações.

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 01 de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia Energética Manauara.

Norma	CPC 48 - Instrumentos Financeiros
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.
Impactos da adoção	<p>A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Empresa, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39.</p> <p>Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o CPC 48 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários), ao valor justo por meio do resultado abrangente ou, ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários).</p> <p>Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.</p>

Norma	CPC 47 - Receita de contratos com clientes
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Essa norma substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas segundo CPC, e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Empresa em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

Norma	IFRS 16 - Arrendamento mercantil
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Empresa espere ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	2	1.244
Aplicações financeiras	<u>7.239</u>	<u>5.383</u>
Total	<u>7.241</u>	<u>6.627</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e fundos de renda fixa, renumerados a taxas que variam entre 97% e 100% da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

Referem-se a aplicações financeiras de curto e longo prazos, vinculadas ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com o Banco da Amazônia S.A. (ver nota explicativa nº 12), lastreadas em CDBs, remuneradas à taxa equivalente a 96,29% do CDI. Parte dos recursos aplicados será resgatável em exercícios futuros, e os respectivos valores foram classificados no ativo não circulante.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTE

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valores a vencer	22.240	22.545
Valores a receber (*)	683	22.278
Total	<u>22.923</u>	<u>44.823</u>

(*) Contas a receber decorrentes do transitado em julgado favorável à Companhia em duas ações judiciais, sendo o primeiro processo no montante de R\$2.680 de principal e de R\$3.455 de juros. Já no segundo processo, todo o montante refere-se a juros de mora conforme determinação do juiz - R\$16.143, que teve por objetivo a cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à AME.

7. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

A Companhia reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro, líquido de impostos, como contas a receber.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ano de vencimento:		
2017	-	30.864
2018	30.341	29.692
2019	30.875	29.093
2020 a 2025	214.281	228.013
Total	275.497	317.662
Ajuste a valor presente	(56.457)	(67.758)
Total	<u>219.040</u>	<u>249.904</u>
Circulante	29.533	29.692
Não circulante	189.507	220.212
Total	<u>219.040</u>	<u>249.904</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		260.839
Reversão de ajuste a valor presente		18.131
Atualização monetária		10.961
Baixa por realização		<u>(40.027)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>249.904</u>
Reversão de ajuste a valor presente		(1.489)
Atualização monetária		16.441
Baixa por realização		<u>(45.816)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>219.040</u>

8. ESTOQUES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Peças para manutenção	13.665	8.869
Lubrificantes	124	571
Total	<u>13.789</u>	<u>9.440</u>

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reembolsos a receber da Eletrobras - CCC-ISOL (a)	4.897	3.434
Adiantamento a fornecedor	857	4.074
Pesquisa e desenvolvimento	774	2.044
Wartsilla Finland O.Y. (b)	-	2.497
Outras contas a receber - pré-liquidados	206	1.806
Total	<u>6.734</u>	<u>13.855</u>
Circulante	6.557	9.575
Não circulante	177	4.280
Total	<u>6.734</u>	<u>13.855</u>

(a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/73 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizadas principalmente na Região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Eletrobras diretamente ao fornecedor, e o gás natural é entregue à Companhia para industrialização por conta e ordem da AME, não sendo um custo do processo.

(b) Refere-se ao valor a ser reembolsado devido ao pagamento em valor superior ao previsto no contrato.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	518	951
Programa de Integração Social - PIS	113	318
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.417	-
IRPJ	1.652	1.980
CSLL	716	326
Outros	116	116
Total	<u>4.532</u>	<u>3.691</u>

A COFINS e o PIS são oriundos, substancialmente, das retenções de recebimentos da AME, os quais são compensados com obrigações de tributos federais.

O IRPJ e a CSLL referem-se ao saldo de pagamentos efetuados ao longo do exercício com base na estimativa de apuração, tornando-se base negativa para o exercício subsequente.

11. FORNECEDORES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Wartsila (Brasil e Finlândia)	1.972	10.470
Petrobras Distribuidora S.A.	2.405	1.340
Outros	263	183
Total	<u>4.640</u>	<u>11.993</u>

12. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	<u>Taxas anuais</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Financiamentos - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO") (a)	8,5% e 2,94%	38.560	46.022
Debêntures - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA") (b)	TJLP + 1,65%	<u>92.689</u>	<u>95.256</u>
Total		<u>131.249</u>	<u>141.278</u>
Circulante		20.123	17.002
Não circulante		<u>111.126</u>	<u>124.276</u>
Total		<u>131.249</u>	<u>141.278</u>

- (a) Contratos assinados em 22 de março de 2007, 8 de outubro de 2009 e 31 de outubro de 2012 com o Banco da Amazônia S.A., nos montantes de R\$39.599, R\$44.214 e R\$10.133, respectivamente, sendo o primeiro para o financiamento e a compra de máquinas para a usina termoeletrica e os demais para a viabilização da conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Os empréstimos têm incidência de juros fixos equivalentes a 8,5%, 8,5% e 2,94% ao ano, com amortizações mensais e sucessivas, iniciando-se em novembro de 2007, novembro de 2011 e dezembro de 2015 e finalizando em abril de 2019, outubro de 2026 e novembro de 2025, respectivamente.
- (b) Em 30 de novembro de 2006, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, por meio de contrato particular celebrado com o Banco da Amazônia S.A. e a SUDAM, com garantias reais descritas nesta nota explicativa, dividida em três séries, no valor total de R\$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incide o custo básico (variação acumulada da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP), acrescido de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% ao ano e de encargos, a título de "del credere", à taxa efetiva de 0,15% ao ano, com amortizações semestrais iniciadas em dezembro de 2007, finalizando em julho de 2027.

Movimentação dos financiamentos e das debêntures em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	141.278	150.003
Juros provisionados	10.789	11.996
Pagamento de juros	(8.579)	(4.894)
Pagamento de principal	<u>(12.239)</u>	<u>(15.827)</u>
Total	<u>131.249</u>	<u>141.278</u>

Todos os financiamentos, incluindo as debêntures, são em moeda nacional e têm como agente financeiro o Banco da Amazônia S.A. Os contratos do FDA e FNO para compra de máquinas para a usina termoeletrica preveem a manutenção de contas-reserva do maior serviço da dívida até o seu limite. O serviço da dívida equivale ao valor de uma prestação mensal acrescido de juros e demais encargos devidos.

O cronograma de desembolsos dos financiamentos, incluindo as debêntures, é o seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2017	-	17.002
2018	20.123	16.081
2019	11.460	13.583
2020	12.077	12.483
2021	12.717	12.483
2022	12.717	12.483
2023 em diante	<u>62.155</u>	<u>57.163</u>
Total	<u>131.249</u>	<u>141.278</u>

A Companhia deve manter com o banco, durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de crédito, a conta vinculada, com as características e funções a seguir:

- a) Deverá ser creditado na conta vinculada, no dia útil seguinte aos respectivos recebimentos, todo o produto da liquidação da cobrança das faturas.
- b) A partir de setembro de 2007, em cada mês durante a vigência do contrato, um seis avos do valor correspondente ao somatório do maior serviço da dívida FDA da escritura de debêntures deverá ser transferido da conta vinculada para a conta-reserva FDA da Companhia, mantida com o banco, até alcançar o montante mínimo correspondente a um inteiro do valor do maior serviço da dívida FDA.
- c) A partir de setembro de 2007, em cada mês durante a vigência do contrato, um seis avos do valor correspondente ao total do maior serviço da dívida FNO deverá ser transferido da conta vinculada para a conta-reserva FNO, mantida com o banco, até alcançar o montante mínimo correspondente a um inteiro do valor total do maior serviço da dívida FNO.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu integralmente as exigências do contrato de empréstimo com o Banco da Amazônia S.A. anteriormente descritas.

As demais garantias das operações são as seguintes:

<u>Tipo do financiamento</u>	<u>Garantias</u>
FNO 1	(a) Hipoteca cedular em 1º grau (terreno, usina e linha de transmissão); (b) extensão de alienação fiduciária da cédula de crédito bancário; e (c) penhor cedular: 1 - dos direitos emergentes da cessão outorgados pela ANEEL; 2 - dos direitos de crédito decorrentes do contrato de garantia firmado entre a AME e a Companhia; 3 - dos direitos de crédito do contrato de suprimento e energia firmado entre AME e a Companhia; 4 - de ações do capital social da Companhia; e 5 - de ações ordinárias nominativas do capital da Companhia.
FNO Operacional	Fiança da Petrobras Distribuidora S.A. ("Petrobras") (40%) e Termoeletrica Potiguar S.A. ("TEP") (60%) + garantia do contrato do 07/0017-2 - FNO.

<u>Tipo do financiamento</u>	<u>Garantias</u>
FNO Conversão do Gás	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) construções civis vinculadas ao contrato nº FII-G-084-07/0017-2 (construção civil, instalações e infraestrutura geral); (c) máquinas e equipamentos financiados por meio do contrato nº FII-G-084-07/0017-2, referente a cinco motores navais modelo Wartsilla, completos com suas partes e acessórios; (d) cinco geradores; e (e) alienação fiduciária de três compressores.
Debêntures FDA	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) alienação fiduciária das máquinas e dos equipamentos; (c) seguro "performance" de conclusão do empreendimento; (d) cessão de direitos dos direitos emergentes de concessão e penhor dos recebíveis provenientes do contrato de suprimento e energia firmado entre a AME e a Companhia; (e) fiador: TEP e Petrobras; e (f) intervenientes: TEP e Petrobras.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de "performance" de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants", conforme apresentado a seguir:

<u>Cláusula restritiva - "covenant"</u>	<u>Índice requerido</u>	<u>Instituição</u>
Depósito vinculado ao contrato FDA	Uma vez o valor do maior serviço da dívida FDA	SUDAM
Depósito vinculado ao contrato FDA	Depositar mensalmente valor equivalente a 1/6 (um sexto) da somatória do maior serviço da dívida FDA	SUDAM
Depósito vinculado ao contrato FNO	Uma vez o valor do maior serviço da dívida FNO	BASA

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu todos os "covenants".

13. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
COFINS	989	744
PIS	222	159
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	230	243
IRRF	1	959
ICMS	2.884	2.939
Outros	<u>719</u>	<u>598</u>
Total	<u>5.045</u>	<u>5.642</u>

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
Imposto de renda e contribuição social	(497)	(445)
PIS e COFINS diferidos	1.470	1.382
Impostos diferidos - reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	<u>14.273</u>	<u>16.266</u>
Total	<u>15.246</u>	<u>17.203</u>
Circulante	1.470	1.382
Não circulante	<u>13.776</u>	<u>15.821</u>
Total	<u>15.246</u>	<u>17.203</u>

- (a) A Companhia apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto nº 3.000/99, artigo 409; no Decreto-lei nº 1.598/77, artigo 10, § 3º; na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 21/79; e na Lei nº 9.718/98, artigo 7º, parágrafo único.
- (b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pesquisa e desenvolvimento	2.976	4.756
Adiantamento de clientes	1.213	1.098
Penalidade ANEEL	-	72
Outras obrigações	-	130
Total	<u>4.189</u>	<u>6.056</u>

16. PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

A Companhia efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos. Essa revisão objetiva classificar as provisões para riscos segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota explicativa. Esses processos encontram-se em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial, em diversas instâncias.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não possuía nenhum processo considerado como perda provável pelos seus assessores jurídicos.

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía cinco causas de natureza tributária no montante de R\$44, as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída provisão nas demonstrações financeiras.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$50.000, dividido em 45.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente integralizadas, e sua composição pelos acionistas é a seguinte:

<u>Acionistas</u>	<u>2017 e 2016</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor do capital</u>
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	27.000.000	30.000
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	<u>18.000.000</u>	<u>20.000</u>
Total	<u>45.000.000</u>	<u>50.000</u>

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; após essa destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir. Não houve constituição em 2017 tendo em vista que a reserva já atingiu o limite previsto em lei.

Incentivos fiscais do imposto de renda

Por estar situada na área da SUDAM, a Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Devido às obrigações e aos direitos estabelecidos no contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da planta, e a produção de energia elétrica é integralmente transferida à AME. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R1) - Operações com Arrendamento Mercantil. O saldo mantido em ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao impacto da adoção do referido pronunciamento técnico.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2016 a Administração aprovou, em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de R\$39.899 (R\$0,89 por lote de mil ações) referente a lucros a distribuir do exercício anterior.

Em 2016 a Administração aprovou, em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre o capital próprio de R\$5.430 (R\$0,14 por lote de mil ações), líquidos de impostos.

Em 2017, Administração aprovou, em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de R\$33.355 (R\$0,22 por lote de mil ações) referente a lucros a distribuir do exercício anterior, sendo R\$6.388 a título de juros sobre capital próprio previamente já autorizado e R\$26.967 de saldo de lucro do exercício de 2016 a distribuir conforme disponibilidade de caixa.

Em 2017 a Administração aprovou, em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre o capital próprio de R\$4.092 (R\$0,03 por lote de mil ações), líquidos de impostos.

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido em 31 de dezembro	7.139	34.529
Reserva de incentivos fiscais	(3.912)	(5.029)
Reserva legal	-	(1.041)
Reversão de ajustes de avaliação patrimonial	4.848	4.896
Base para dividendos	<u>8.075</u>	<u>33.355</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)(R\$ 0,04 por ação)	<u>2.018</u>	<u>8.339</u>

Em 2017 e 2016 em função da distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio superior aos dividendos mínimos obrigatórios R\$31.059 em 2017 e R\$39.899 de 2016.

Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.120
Dividendos propostos	46.287
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(43.019)
Imposto de renda sobre juros sobre o capital próprio	(958)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>5.430</u>
Dividendos propostos	31.059
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(35.875)
Imposto de renda sobre juros sobre o capital próprio	(614)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Receita operacional bruta</u>		
Fornecimento de energia elétrica - Operação e manutenção	26.673	23.454
Fornecimento de energia elétrica - Potência	62.480	62.228
Total	<u>89.153</u>	<u>85.742</u>
<u>Impostos sobre vendas</u>		
ICMS	(33.742)	(31.146)
PIS	(2.227)	(2.051)
COFINS	(10.259)	(9.474)
Pesquisa e desenvolvimento	(879)	(812)
Total	<u>(47.107)</u>	<u>(43.483)</u>
Receita operacional líquida	<u>42.046</u>	<u>42.259</u>

19. CUSTO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Material	(25.233)	(26.748)
Combustível e insumos para produção	(1.128)	(1.032)
Serviços de terceiros	(15.302)	(11.221)
Amortização do diferido	-	(692)
Seguros	(397)	(401)
Outros	(152)	(237)
Total	<u>(42.212)</u>	<u>(40.331)</u>

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com pessoal	(1.844)	(1.677)
Honorários da Diretoria	(855)	(874)
Despesas com a Diretoria	(101)	(252)
Assessoria/consultoria	(2.347)	(988)
Serviços de manutenção	(135)	(402)
Despesas com viagem	(220)	(198)
Impostos e taxas	(357)	(282)
Outras receitas	302	1.436
Total	<u>(5.557)</u>	<u>(3.237)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de depósitos bancários vinculados	1.256	1.995
Juros de mútuo com partes relacionadas	-	190
Juros e multas (a)	8.059	20.022
Reversão do ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	16.441	10.961
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil (b)	(1.489)	18.131
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.436)	(142)
Outras receitas	1.785	2.338
Total	<u>24.616</u>	<u>53.495</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(10.789)	(11.996)
Despesas com juros	(54)	(1.297)
Outras despesas	(492)	(189)
Total	<u>(11.335)</u>	<u>(13.482)</u>
<u>Variação cambial líquida</u>	(265)	326
Resultado financeiro	<u>13.016</u>	<u>40.339</u>

(a) Valor referente à atualização monetária sobre o recebimento do processo judicial contra AME no montante de R\$7.055, além do processo descrito na nota explicativa nº 6.

- (b) Refere-se à atualização do contas a receber em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato. Em 2017 o IGP-M foi negativo em 0,49% (2016, positivo em 6,78%).

22. PARTES RELACIONADAS

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração são fixados em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram pagos R\$855 referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as políticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social - o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que o capital social mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Estrutura de gerenciamento de risco - a Administração da Companhia tem responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade de a Companhia cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isso exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de taxa de câmbio

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiras, relativas a aquisição de peças em outras moedas.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em CDBs e fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório) - o contrato de fornecimento de energia, enquadrado como arrendamento mercantil à luz do pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, da Companhia foi celebrado com a AME. A Companhia não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de combustível - a Companhia gera energia por meio de usina termoeletrica; em uma situação extrema em que não haja oferta de óleo combustível ou gás natural pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela Companhia, implicaria a redução de receita e a aplicação de multas por parte da AME. Considerando as atuais condições de mercado e os contratos firmados com grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem a necessidade de redução na produção de energia.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Ativos financeiros	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Caixa e equivalentes de caixa	957	-	-	-	-	957
Depósitos bancários vinculados	10.737	-	-	-	6.815	17.552
Contas a receber de cliente	22.923	-	-	-	-	22.923
Arrendamento mercantil a receber	29.533	30.341	30.875	30.875	97.416	219.040
Outras contas a receber	6.557	-	-	-	177	6.734
Total	<u>70.707</u>	<u>30.341</u>	<u>30.875</u>	<u>30.875</u>	<u>104.408</u>	<u>267.206</u>
Passivos financeiros	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Fornecedores	4.640	-	-	-	-	4.640
Financiamentos e debêntures	20.123	11.460	12.077	12.717	74.872	131.249
Impostos a recolher	5.045	-	-	-	-	5.045
IR e CSLL	1.141	-	-	-	-	1.141
Outras contas a pagar	4.189	-	-	-	-	4.189
Total	<u>35.138</u>	<u>11.460</u>	<u>12.077</u>	<u>12.717</u>	<u>74.872</u>	<u>146.264</u>

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando a receita bruta, saldos de aplicações financeiras, financiamentos, debêntures e mútuos em 31 de dezembro de 2017, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2017. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Simulação com expectativa do CDI, IGP-M e TJLP para 31 de dezembro de 2017, considerando as taxas de 6,63%, 4,50% e 6,75% ao ano, respectivamente:

Modalidade	Risco	Cenário			Saldo		
		Provável I	Possível II	Remoto III	Provável I	Possível II	Remoto III
<u>Passivo - debêntures</u>							
Banco da Amazônia S.A.	Alta do TJLP	6,75%	8,44%	10,13%	(98.946)	(100.510)	(102.074)
Total passivo - debêntures					<u>(98.946)</u>	<u>(100.510)</u>	<u>(102.074)</u>
<u>Ativo - depósitos bancários vinculados e aplicações financeiras</u>							
Banco da Amazônia S.A.	Baixa do CDI	6,63%	4,97%	3,32%	12.015	11.828	11.642
Total de depósitos vinculados e aplicações financeiras					<u>12.015</u>	<u>11.828</u>	<u>11.642</u>
<u>Receitas</u>							
Receitas de venda	Baixa do IGP-M	4,50%	3,38%	2,25%	141.044	139.525	138.007
Total receitas					<u>141.044</u>	<u>139.525</u>	<u>138.007</u>
Total líquido					<u>54.113</u>	<u>50.844</u>	<u>47.575</u>

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância Segurada	Vigência
Risco operacional	Prédio e conteúdo que constituem o estabelecimento segurado, excluindo linhas de transmissão. Estão inclusos prédio, galpão químico, maquinário do galpão, tancagem e utilidades, unidades de apoio, equipamento de conversão de gás natural e subestação	1.052.943	02/02/2019
Responsabilidade civil	Danos morais e poluição súbita	11.556	02/02/2019

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A seguir as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	2017	2016
CCC Eletrobras (*)	-	26.180
Compensação de impostos	13.303	4.626
Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos	1.036	904
Distribuição de dividendos com compensação de saldo com partes relacionadas	-	9.067

(*) Vide nota explicativa nº 9.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.293	39.030
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(2.480)	(13.270)
Diferenças temporárias e permanentes:		
Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 06		
-Operações de Arrendamento Mercantil	(4.794)	2.068
Despesas não dedutíveis	1.163	2.533
Subtotal	(6.111)	(8.669)
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	3.912	5.029
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.045	(861)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(154)</u>	<u>(4.501)</u>

(*) A Companhia possui projeto econômico-financeiro aprovado pela SUDAM, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos diferidos e correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao período em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.